

## Convergência

JOAQUIM COSTA PEREIRA PINTO

Com o presente número, iniciamos o segundo ano de publicação da sua/nossa **CONVERGÊNCIA**, que vem sendo motivo de grandes alegrias, não só para a Direção desta Casa e os seus colaboradores diretos, mas para quantos se interessam pelo fortalecimento dos vínculos que unem Portugal e Brasil.

Anima-nos a compreensão da crítica jornalística especializada e, sobretudo, a calorosa acolhida que vem sendo dispensada à Revista nos meios universitários de todo o mundo, paralelamente ao incentivo que nos é dado, a cada dia, por intelectuais portugueses e brasileiros.

Timidamente lançamo-nos nessa ousada empresa, conscientes das dificuldades materiais que iríamos enfrentar e das inevitáveis incompreensões que o trabalho edificante e inovador sempre suscita. Mas logo, para nosso júbilo, a crítica construtiva impôs-se às observações demolidoras, e a razão acabou por prevalecer mesmo entre aqueles que, compreensivelmente, envolvidos por um meio e um clima de acirramento de paixões, emitiram pareceres um tanto precipitados.

Hoje, em contato e permuta com bibliotecas e entidades culturais e educacionais da Europa, Estados Unidos, América hispânica e todos os Estados e Distritos brasileiros e portugueses, **Convergência** recebe a cada número a louvação e o estímulo de professores, estudantes, intelectuais em geral e autoridades portuguesas e brasileiras, inclusive da esfera ministerial. Do nosso primeiro número, o artigo sobre o papa João XXI acaba de ser republicado nos Açores, enquanto o trabalho do arquiteto Carlos Moura era traduzido por uma universidade de Tóquio. Na trilha dos nossos antepassados, **Convergência** atingiu o outro lado do mundo!

Vemos, assim, fixar-se definitivamente um marco, um polo de atração e convergência de todos aqueles que se dedicam realmente ao desenvolvimento

da cultura. E aqui cabe, por uma questão de justiça, o nosso reconhecimento e as nossas homenagens à visão daqueles que nos antecederam — como António Saldanha de Vasconcelos e António Pedro Rodrigues — e que, ao criarem o Centro de Estudos deste Real Gabinete, demonstraram a perfeita consciência das potencialidades desta Instituição e a necessidade de ativá-las, tirando-a do ambiente doméstico e pondo-a em contato com os meios culturais e educacionais portugueses e brasileiros. **Convergência** é o coroamento desse esforço.

Nada do que dissemos tem um sentido auto-laudatório, nem tampouco implica na suposição de considerarmos encerrada a nossa missão. Uma missão que, afinal, não pertence apenas à administração desta Casa, aos seus conselheiros e ao quadro associativo, mas a toda a comunidade portuguesa do Brasil.

Na última publicação já tivemos a oportunidade de colocar alguns problemas da participação cultural dos portugueses na vida brasileira. Vimos, por exemplo, como certas afinidades étnico-culturais criam a ilusão de uma perfeita identidade entre os dois povos, que só existe na retórica vazia dos pronunciamentos oficiais. O que temos de sólido e duradouro são elementos estruturais e, portanto, espontâneos — tudo o mais é figuração.

O que existe dos célebres acordos culturais? O que ficou das famosas missões oficiais, além da memória das recepções faustosas, dos banquetes, da farta distribuição de honorárias e das louvações? O que restou do trabalho dos congressistas e bolsistas, que não o simples enriquecimento do próprio “currículo” académico? O que fica, agora, da apagada passagem dos intelectuais portugueses que, timidamente, nos visitam? Quantos tiveram a oportunidade de ver e ouvir Fernanda Botelho, Abelaira, José Cardoso Pires, Santareno, David Mourão-Ferreira, Joaquim Paço d’Arcos, Eduardo Lourenço e José Augusto Seabra? Quem soube da recente estada no Brasil de Vitorino Nemésio, Fernando Namora, Melo e Castro e António José Saraiva? Quantos conhecem ou, pelo menos, têm uma vaga noção da importância das suas obras?

É certo que houve no passado uma ou outra iniciativa isolada de certa monta, tanta vez traduzida em auxílio material às instituições portuguesas do Brasil. Mas, de um modo geral, os grandes projetos sempre esbarraram na burocracia.

Desta forma, acabamos por constatar que, ao fim e ao cabo, as influências marcantes sempre estiveram por conta da iniciativa privada. O primeiro grande elo é o próprio emigrante que, quer no seu núcleo familiar de filhos brasileiros, quer nos gabinetes de leitura e nos liceus, nas ordens e beneficências, está incorporado à sociedade brasileira, promovendo a educação e a cultura e concedendo assistência social e médico-hospitalar. Mas a sua participação como elemento de ligação é também espontânea e, quando parte para a ação refletida, geralmente submete-se às diretrizes oficiais e perde a sua vitalidade.

Há, pois, que estimular a iniciativa privada, o contacto pessoal entre grupos de intelectuais d’aquém e d’além mar, a ligação direta entre as instituições culturais luso-brasileiras e as portuguesas, como, por exemplo a grandiosa Fundação Calouste Gulbenkian e mesmo o Instituto de Cultura Portuguesa e as grandes Academias. A nós deve caber sempre o primeiro passo para contac-

tar com os grandes veículos de cultura de massa, o meio mais eficaz para uma real aproximação das duas pátrias.

A herança colonial na constituição dos estratos superiores da sociedade brasileira explicam o peso (cultural, econômico e até político) que a colônia portuguesa teve na vida nacional durante a Monarquia e a República das oligarquias rurais. A história do nosso próprio Real Gabinete e as de todas as instituições portuguesas mais antigas dão-nos testemunho disto. E durante muito tempo a elite censitária reverenciou a pomposa passagem da cultura elitizada, quase sempre sem dela participar e sem se perguntar para onde ela a conduzia. Após 1930 e, decisivamente, depois de 1945, a sociedade brasileira passou por um processo de transformação de tais proporções, que se tornou sensível a dificuldade de readaptação das áreas de imigrantes mais tradicionais. Entrara em cena a cultura de massa.

Estamos assistindo, em termos de cultura, a algo que ultrapassa o fenômeno da transmigração da Família Real para o Brasil (1808), qualificado por Sílvio Romero de “inversão brasileira”. A nova “inversão” é muito mais significativa pois, além de atingir um público mais numeroso, tem o mérito de não ter sido concedida, mas conquistada. Não é mais um Estado que propicia o desenvolvimento de uma porção (a maior porção) do seu território, ao transplantar as suas instituições, deixando a metrópole na orfandade. Não é uma Corte que se transfere com armas e bagagens – mais bagagens do que armas! –, criando para o Brasil colônia a curiosa situação de sede do Reino Unido. Não, neste momento a antiga colônia, com a sua nacionalidade formada, é que parte para a conquista da velha metrópole, por meios pacíficos. Mais amadurecido nas suas ações, porque realista, e realista por ser jovem e mais esperançoso com relação ao futuro, o Brasil invade Portugal!

Guimarães Rosa, Jorge Amado, João Cabral de Melo Neto penetram nos meios mais cultos; Chico Buarque, os baianos Caetano-Betânia-Gal-Gil e Milton Nascimento deslumbram a classe média. Depois é a vez do “Santo Inquérito”, de Dias Gomes, e do filme “Dona Flor e seus dois maridos”, de Jorge Amado/Bruno Barreto, que estréia com lotação esgotada. Vem, por fim, o violento impacto da versão de “Gabriela Cravo e Canela”, de Jorge Amado, que a Radiotelevisão Portuguesa levou ao ar, atingindo todas as camadas sociais e produzindo a “gabrielomania”, fenômeno algo mais que curioso.

Exemplo admirável de iniciativa privada, calcada em “know-how” nacional, essa “Gabriela” – subtraída a questão do caráter alienador que possa revestir a novela de TV – deve inspirar outras iniciativas do gênero. Em telegrama enviado à direção das organizações “Globo”, S. Ex<sup>a</sup> o Embaixador do Brasil em Portugal, General Carlos Alberto da Fontoura, não escondeu o seu entusiasmo ao dizer que a novela “conseguiu, ao longo de meio ano, mobilizar a atenção de mais de três milhões de portugueses, pela qualidade da interpretação, o conteúdo da história e a técnica da produção. Com isso, **concorreu, de forma sem precedentes em passado recente, para melhor projetar a cultura brasileira neste País**” (1).

“Um colonialismo às avessas” — dirá o pessimismo dos saudosistas. Acontece que Portugal, ao passar de um isolacionismo peninsular para o arejamento de idéias apregoadas por um Sérgio desde as primeiras décadas do século, resolveu investir no progresso e arcar com todos os riscos e vicissitudes correlatas. A crise foi inevitável e perfeitamente compreensível para os que não se deixam envolver pela paixão e a visão estreita que é dada pelo tempo curto do cronista. Temos que alargar o nosso ângulo visual — macro espaço e longa duração —, e só assim poderemos compreender as transformações que se estão operando, independentemente das concepções ideológicas. É impossível resistir ao progresso!

Durante muito tempo a criação cultural teve como tônica comum o desejo de mudanças. Certas ou erradas, não importa, o fato é que, ao menos em parte, elas vieram, e caiu-se no vazio cultural, pela ausência de “know-how” em determinados setores ou pela simples incapacidade de romper com estruturas mentais arcaicas e criar novas proposições. Em 1975, já observava José-Augusto França, atual presidente do Instituto de Cultura Portuguesa:

*Entre o plano ambicioso e possivelmente fantasioso e a realização parcelar, múltipla e individual, faltou sempre, nas estruturas da nação, um estrato médio, que dá realidade ao projecto e justifica a produção. É ele que constitui o eixo das civilizações desenvolvidas e que as define operatoriamente; sem ele, a planificação é utópica, e a produção socialmente aleatória ou arbitrária.*

*No seu mau sentido, é a burocracia que o assume — mas devemos desejar já-lo dinâmico, com um indispensável poder de descentralização, e então é factor positivo. Não tenhamos, porém, ilusões: é um elemento que resulta dum longa prática social, ou seja, dum equilíbrio de valores morais e profissionais que leva séculos a afinar . . . (2)*

O caminho a seguir é, pois, aceitar o desafio e criar condições para que Portugal ganhe, o mais rapidamente possível, condições de competir no mercado internacional da cultura e dar reciprocidade ao importante trabalho que o Brasil se propõe a fazer. E nisto, cada um de nós tem a sua parcela de responsabilidade.

\* \* \*

Neste número, sem o costumeiro culto à personalidade, procuramos prestar uma pequena homenagem a Alexandre Herculano, ao ensejo do centenário da sua morte. Iniciador da história científica e introdutor (com Garrett) do romantismo em Portugal, ninguém como ele conseguiu reunir tantas características típicas da grei. Literato, cientista social e polemista versátil, esse pensador equilibrado, racional; esse homem grave e solitário aliou a intransigência moral à inspiração de ressurgimento, acabando por compartilhar com Camões — como assinalou António Sérgio — “o privilégio máximo da nacionalidade”.

Que a sua lição de combatividade e participação sirva-nos de exemplo e nos ajude a procurar as energias necessárias à ultrapassagem dos obstáculos.

(2) FRANÇA, José-Augusto, “Cultura, Ano Zero”. *Critério*, Ano 1, nº 2. Lisboa, Dezembro 1975 p. 30

que encontramos neste mundo do absurdo. Lembremo-nos das palavras de Oliveira Martins:

*Herculano foi um vencido. É o que sucede em geral aos homens do seu feitio. Venceram-no as coisas; ele venceu-as, tornando-se-lhes superior e soberano. Confundiam-no os homens hábeis e audazes: confundiu-o Fontes; mas vingá-o o tempo como o vingaram desde logo os homens, dando-lhe uma auréola de culto como nunca tiveram nem terão jamais os políticos.”(3)*

(3) OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro de, Artigo publicado em *O Repórter*, em 21/VI/1888.